

DAS PETRO-POLÍTICAS ÁRABES DE 1973 À GUERRA RUSSO-UCRANIANA: O QUE PODEMOS APRENDER DAS SANÇÕES ENQUANTO INSTRUMENTO DE COERÇÃO?

Agaptus Nwozor¹

Oladiran Afolabi²

Chukwudi G. Chidume³

Introdução

Desde a consolidação da civilização humana contemporânea, a guerra tem sido um fenômeno recorrente. É inconcebível imaginar um mundo sem surtos intermitentes de conflitos bélicos. Conceitualmente, há divergências entre acadêmicos sobre como enquadrar e compreender a guerra em sua manifestação contemporânea em relação ao período anterior à Segunda Guerra Mundial. A visão clássica de Clausewitz, que define a guerra como “um ato de força para compelir o inimigo a fazer a nossa vontade”⁴, é contestada por ser considerada minimalista e incapaz de refletir a natureza complexa da guerra em termos de escopo, ritmo, métodos e estratégias (Dimitriu 2020, tradução nossa). Muitos estudiosos argumentam que a conceituação de Clausewitz não parece captar nem transmitir a complexidade da guerra e as múltiplas facetas que a impulsionam, especialmente aspectos que variam desde questões estratégicas, política de identidade, cultura e prestígio nacional até interesses

1 Universidade Bowen, Iuó, Nigéria. E-mail: agaptus.nwozor@bowen.edu.ng. ORCID: 0000-0002-9782-6604.

2 Universidade Bowen, Iuó, Nigéria. E-mail: oladiran.afolabi@bowen.edu.ng. ORCID: 0000-0002-1720-8495.

3 Alex Ekwueme Federal University Ndufu-Alike, Ikwo, Nigéria. E-mail: chudidume@yahoo.com. ORCID: 0000-0003-3921-1641.

4 No original: “*an act of force to compel our enemy to do our will*” (Dimitriu 2020).

globais e motivações econômicas (Ahluwalia e Miller 2016).

A guerra teve diversas formas de manifestação ao longo da história. Apesar dessa diversidade, a guerra pode ser conceitualmente dividida em três categorias: guerras intraestatais, interestatais e multilaterais. Todas as guerras – sejam intraestatais, interestatais ou multilaterais – geram impactos que transcendem suas bases operacionais imediatas. Em outras palavras, conflitos bélicos normalmente acarretam impactos desestabilizadores diretos e indiretos nas esferas socioeconômica, política e estratégica. Evidências históricas mostram que as guerras multilaterais, especialmente a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, tiveram repercussões globais de grande alcance devido ao envolvimento das grandes potências. A Guerra Árabe-Israelense de 1973 e a Guerra Russo-Ucraniana assumiram um caráter multilateral à medida que seus impactos se propagaram para além de seus respectivos contextos locais.

A Guerra Árabe-Israelense de 1973 foi uma campanha militar sem precedentes e bem coordenada contra Israel, levada adiante por uma coalizão entre Egito e Síria. O elemento surpresa do conflito residiu no fato de que a comunidade global de inteligência – incluindo os próprios aparatos de inteligência de Israel – não previu nem antecipou o evento. Consequentemente, Israel foi pego de surpresa quando o ataque foi deflagrado durante o feriado religioso de Yom Kippur (6 de outubro de 1973). A eclosão da guerra é atribuída a quatro fatores inter-relacionados: a falha da inteligência em todos os níveis, incluindo a complacência das superpotências, bem como o fracasso de todas as iniciativas internacionais para resolver as disputas e confrontos árabe-israelenses, que pareciam irresolúveis; o ressurgimento da consciência pan-arabista e a formação de uma coalizão árabe pronta para combater Israel; a busca por prestígio nacional; e o fluxo constante de armamentos das superpotências para seus aliados no Oriente Médio (Shlaim 1996; Rodman 2015; Eiran 2020). O conflito, que durou 19 dias (de 6 a 26 de outubro de 1973), teve implicações de grande alcance para a região do Oriente Médio e para o Sistema Internacional. Além de elevar as tensões de segurança em todo o mundo devido ao envolvimento ativo dos EUA e da antiga União Soviética, a guerra gerou efeitos adversos significativos na economia global, alterando-a de maneira fundamental (Zakariah 2011; Eiran 2020).

O emprego de sanções econômicas na forma de um embargo petrolífero internacionalizou a guerra de 1973. O conflito diferenciou-se de outras guerras em vários aspectos: o elemento inédito de surpresa estratégica e as falhas da inteligência que pegaram desprevenido o aparato de inteligência israelense; a cooperação inovadora entre Egito e Síria; e o embargo de petróleo mais coordenado, que envolveu um número maior de países árabes produtores

(Amos 1979; Eiran 2020). Em 1967, quando países árabes impuseram um embargo de petróleo contra nações que apoiavam Israel na Guerra dos Seis Dias, fizeram-no de maneira individual e heterogênea, por meio de reduções no ritmo de produção, paralisações e boicotes pontuais (Mallakh 1977). A natureza individualista desse embargo, somada à falta de coordenação, comprometeu o seu sucesso. Mann argumentou que a eficácia do embargo foi limitada devido a uma combinação de fatores: a falta de unidade árabe, a existência de estoques no Ocidente, a escolha inadequada do momento para a medida (o embargo foi imposto no início de junho, quando o consumo de petróleo não era tão elevado quanto nos meses frios de inverno) e a disponibilidade de alternativas (a diversidade da matriz energética permitia o uso de carvão em vez de petróleo) (Mann 2013).

O embargo de petróleo imposto pelos países árabes em 1973 visava alterar a postura ou a disposição dos EUA e de seus aliados ocidentais em relação a Israel. Os impactos desse embargo incluíram uma alta sem precedentes no preço do petróleo (passando de 3 dólares por barril em 1971 para cerca de 12 dólares em dezembro de 1973), escassez aguda de combustível em muitos países industrializados e contradições macroeconômicas que se manifestaram na desaceleração do crescimento econômico global, recessão, inflação e desemprego (IMF 1974; Graf 2012). Apesar desses impactos, o embargo não conseguiu obter, de forma significativa, as concessões esperadas dos EUA e de seus aliados ocidentais. Houve um fluxo contínuo de apoio a Israel, incluindo a aprovação, pelo Congresso dos EUA, de 2,2 bilhões de dólares em ajuda emergencial ao país, atendendo a uma solicitação de Richard Nixon (Verrastro 2013; Painter 2014).

Existe um paralelo entre as percepções dos Estados árabes produtores de petróleo e das potências ocidentais de que as sanções possuem eficácia coercitiva para induzir uma resposta comportamental esperada. Essa percepção embasou o embargo petrolífero de 1973 e o conjunto de sanções impostas à Rússia pela coalizão liderada pelo Ocidente. O regime de sanções contra a Rússia teve início em 2014, devido à anexação da Crimeia, e foi ampliado a partir de 2022, quando o país invadiu a Ucrânia. A lógica fundamental das sanções na política internacional é coagir mudanças nas políticas dos Estados-alvo por meio da imposição de danos econômicos. Quando sanções são aplicadas, o Estado ou a coalizão de Estados que as impõe está, essencialmente, exigindo uma mudança de comportamento do Estado-alvo (Allen 2005; Neuenkirch e Neumeier 2015). Assim, o sucesso, ou o fracasso, das sanções depende da medida em que o governo-alvo cede às exigências de quem as impôs.

O artigo concentra-se nos fatores que levam uma guerra aparentemente interestatal a assumir um caráter multilateral, com impactos globais de grande

alcance. Além disso, busca responder se ações direcionadas, empreendidas por um Estado ou por uma coalizão de Estados, são capazes de provocar a resposta comportamental esperada em um contexto de beligerância. Nesse sentido, o estudo analisa por que o embargo de petróleo imposto pela OPAEP (Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo) e as sanções lideradas pelo Ocidente contra a Rússia aparentemente não lograram obter a mudança de comportamento esperada. A análise baseia-se em dados secundários, incluindo relatórios estatísticos, documentos governamentais e publicações acadêmicas. As lições extraídas do embargo de petróleo tornaram-se relevantes à luz da guerra Russo-Ucraniana e do regime de sanções imposto pela coalizão liderada pelo Ocidente.

O artigo está dividido em cinco seções, iniciando pela introdução. Em seguida, as seções dois e três, que analisam, respectivamente, as dimensões internacionais da guerra de 1973 e o embargo do petróleo – especialmente seus efeitos em cadeia na economia global. A quarta seção examina a questão das sanções e sua capacidade de induzir uma mudança de comportamento por parte dos Estados, tanto no contexto da guerra árabe-israelense de 1973 quanto no da guerra russo-ucraniana, e a quinta seção apresenta as considerações finais do trabalho.

A Internacionalização Da Guerra Árabe-Israelense: Sua Natureza, Escopo E Elementos

A Guerra Árabe-Israelense de 1973 ocorreu no Oriente Médio, mas teve impactos para o Sistema Internacional. A guerra foi internacionalizada por quatro fatores: o envolvimento das superpotências, a instrumentalização coercitiva do petróleo por meio de um embargo, a participação da Organização das Nações Unidas e os esforços diplomáticos internacionais. O envolvimento das superpotências estava alinhado à estratégia de *proxy war* (guerra por procuração), fenômeno que caracterizou as relações entre elas durante a Guerra Fria (Marshall 2016). Como salienta Mumford, “as guerras por procuração são a alternativa lógica para Estados que buscam promover seus próprios objetivos estratégicos e, ao mesmo tempo, evitar o envolvimento em um conflito direto, custoso e sangrento” (Mumford 2013, p. 40, tradução nossa⁵). Esse tipo de conflito permitiu que as superpotências estabelecessem um equilíbrio estratégico: manter a rivalidade sem chegar a um confronto nuclear

5 No original: “*proxy wars are the logical replacement for states seeking to further their own strategic goals yet at the same time avoid engaging in direct, costly and bloody warfare*” (Mumford 2013, 40).

direto (Mumford 2013; Rauta 2020). As superpotências forneceram, ao longo do conflito, equipamentos militares, inteligência e apoio diplomático aos seus respectivos aliados. Enquanto os Estados Unidos e seus aliados ocidentais prestaram assistência econômica e militar a Israel, a União Soviética apoiou o Egito e a Síria (Eaker 1974; Kahana 2002; Graf 2012). Esse apoio quase levou as duas superpotências a uma nova crise, os Estados Unidos elevaram seu nível de alerta nuclear para a Condição de Prontidão de Defesa 3 (DEFCON 3) em escala global – o primeiro alerta desse tipo desde a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962 (Leitenberg 2018). No entanto, a ameaça de confronto nuclear foi evitada devido à intervenção diplomática internacional.

O apoio das superpotências aos beligerantes é compreensível. Enquanto os EUA eram aliados de longa data de Israel, a União Soviética também mantinha uma relação duradoura com o Egito e a Síria. Por exemplo, em 1955, a União Soviética forneceu sua primeira remessa de material bélico ao Egito, no âmbito do chamado Acordo de Armas Tcheco (Bennett 1985). Além disso, em 1971, a União Soviética assinou um tratado de amizade com o Egito, conhecido como “Tratado de Amizade e Cooperação Soviético-Egípcio”. Esse tratado explica o forte apoio que a União Soviética prestou ao Egito e ao seu aliado, a Síria, durante a guerra de 1973. Segundo Bennett (1985, p. 756, tradução nossa⁶), “até a guerra de 1973, o Egito era o cliente mais importante da União Soviética no Terceiro Mundo, recebendo mais entregas militares soviéticas do que qualquer outro Estado”. Na mesma linha, o fornecimento de armas soviéticas à Síria atingiu seu auge em 1973, especialmente durante a guerra contra Israel. A União Soviética assegurou a restauração e a modernização da estrutura militar síria ao fornecer armas e equipamentos de combate, bem como ao enviar conselheiros militares e especialistas em 1974 (Kirshin 1998). O Egito recebeu assistência militar de proporções imensuráveis da URSS, apesar do acordo assinado por Nixon e Brejnev em Moscou, em janeiro de 1972, estabelecer que “se a Rússia não repusesse as perdas árabes, os EUA reteriam o fornecimento de armas a Israel” (Eaker 1974, p. 158, tradução nossa⁷).

No contexto do paradigma da Teoria Realista, a busca da União Soviética por seus interesses nacionais parece ter levado ao abandono do acordo de neutralidade firmado entre Nixon e Brejnev. Da mesma forma, os interesses da política externa dos EUA ditaram suas respostas e seu envolvimento

6 No original: “*up to the 1973 war, Egypt was the Soviet Union's most important client in the Third World, receiving more Soviet military deliveries than any other state*” (Bennett 1985, p. 756).

7 No original: “*If Russia would not resupply Arab losses, the U.S. would withhold weapons to Israel*” (Eaker 1974, 158).

(Israeli 2013). Ambas as superpotências reconheciam a relevância estratégica da guerra de 1973 e esperavam um desfecho favorável aos seus respectivos lados, visto que o conflito poderia alterar a dinâmica da política global. Nesse sentido, a exemplo de uma vitória árabe no conflito, teria impulsionado a política externa soviética em diversos aspectos, incluindo a possibilidade de reabertura do Canal de Suez (que eventualmente ocorreu em 1975), a restauração do prestígio soviético no mundo árabe e o controle soviético sobre o fluxo de petróleo árabe para o Ocidente – o que poderia ter impactos profundos nas economias ocidentais (Eaker 1974).

Outra dimensão internacional da guerra foi o embargo às exportações de petróleo para os países ocidentais. O embargo petrolífero teve um grande impacto na economia global. A escassez gerada pelo embargo provocou uma paralisação sem precedentes das atividades produtivas, em meio a uma elevação inédita no preço do petróleo bruto. O preço do petróleo no mercado internacional praticamente quadruplicou, saltando de US\$3 para US\$12 (Salameh 2004; Masterson 2022). Isso, por fim, gerou uma recessão global, que se manifestou na queda do Produto Interno Bruto (PIB) de países industrializados. Por exemplo, o PIB recuou 4,7% nos EUA, 7% no Japão e 2,5% na Europa (Salameh 2004).

Além do embargo do petróleo, muitos países árabes utilizaram o petróleo como arma de modo ainda mais incisivo, por meio da nacionalização de empresas petrolíferas estrangeiras. Os movimentos de nacionalização nos países produtores de petróleo enfraqueceram as multinacionais ocidentais do setor e as privaram da influência e do controle que até então exerciam sobre os preços do petróleo. A tendência de nacionalização da indústria petrolífera – iniciada no Irã em 1951, no Iraque em 1961 e no Egito em 1962 – ganhou força com a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). No entanto, a Guerra Árabe-Israelense de 1973, o embargo e a consequente disparada nos preços do petróleo deram novo impulso a esse processo de nacionalização. Assim, o Kuwait nacionalizou sua indústria petrolífera em 1975, e a Arábia Saudita fez o mesmo ao longo do final da década de 1970 (Gross 2017). O impacto geral sobre as gigantes tradicionais do setor, como Exxon e Shell, foi a perda da propriedade e da participação nas reservas globais de petróleo e gás; essa fatia despencou de 85% no final da década de 1960 para 60% ao final da década de 1970, chegando a cerca de 15% nos anos 2000 (Zhao 2019).

O Acordo de Paz de Camp David, finalmente ratificado pelo primeiro-ministro israelense Menachem Begin e pelo presidente egípcio Anwar el-Sadat em 17 de setembro de 1978, representou outra dimensão internacional da Guerra Árabe-Israelense de 1973. O acordo de paz suscitou reações mistas,

alternando entre aplausos e críticas. Foi aclamado como uma mudança de paradigma na construção da paz e uma base sólida para a paz entre o Egito e Israel, mas também criticado por não ser abrangente o suficiente para abordar a questão palestina (Quandt 1986). O mundo árabe não se limitou a criticar o acordo; reagiu também suspendendo o Egito da Liga Árabe em 1979.

A ONU desempenhou um papel fundamental por meio da diplomacia multilateral, resultando nas Resoluções 338 e 339 do Conselho de Segurança, que deram origem ao processo de cessar-fogo. No entanto, embora o Egito e Israel tenham aceitado o cessar-fogo, foi necessária a intervenção da União Soviética para que a Síria fizesse o mesmo. Apesar das resoluções, as hostilidades continuaram, o que acabou levando à adoção da Resolução 340 do Conselho de Segurança da ONU, a qual suspendeu temporariamente as hostilidades da guerra árabe-israelense (United Nations 1974). Todas essas circunstâncias controversas estabeleceram a Guerra Árabe-Israelense de 1973 fora dos padrões habituais da política árabe. Especialistas também argumentam que um dos desdobramentos internacionais do conflito foi o apoio global à Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e o reconhecimento da organização (Khalidi 1990). Em 1974, a Assembleia Geral da ONU reconheceu e reafirmou os direitos inalienáveis do povo palestino à autodeterminação, à independência nacional, à soberania e ao retorno, concedendo à OLP o status de observador na ONU como organização de libertação nacional. Desde a declaração de independência palestina, em 15 de novembro de 1988, seu status na ONU passou a ser o de Estado observador não membro, sendo reconhecido pela maioria dos países integrantes da organização.

A Geopolítica De Sanções: O Embargo Petrolífero e a Economia Global

Não foram os embates da Guerra de 1973, por si só, que impactaram diretamente a economia global, mas sim a intervenção ativa da OPAEP por meio da diplomacia econômica do embargo de petróleo. Conforme apontado por Gawrych (1996, 11, tradução nossa⁸), o embargo de petróleo visava pressionar os governos ocidentais a abandonarem o apoio a Israel e a “adotarem políticas mais favoráveis à causa árabe”. Com base no perfil de produção de setembro de 1973, a OPAEP reduziu a produção em 4,4 milhões de barris por dia (mb/d), o que representava 7,5% da produção global em

8 No original: “*adopt policies more favorable to the Arab cause*” (Gawrych 1996, 11).

novembro de 1973 (Hamilton 2011). Curiosamente, as empresas petrolíferas ocidentais que controlavam o petróleo no Oriente Médio não conseguiram evitar o embargo (Zhao 2019).

A OPAEP foi fundada em 1968 por três países árabes – Kuwait, Líbia e Arábia Saudita – como uma organização intergovernamental estritamente pan-árabe. Desde então, sua composição foi ampliada para incluir Argélia, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos (EAU), Síria, Iraque e Egito. O foco da OPAEP concentra-se na coordenação e harmonização de políticas relacionadas ao petróleo, especialmente nas áreas de produção, precificação e comercialização de derivados de petróleo, bem como na promoção do desenvolvimento e da utilização dos recursos petrolíferos no mundo árabe por meio de programas de informação, pesquisa, capacitação de mão de obra e intercâmbio de dados (Mallakh 1977). A OPAEP distingue-se da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), embora ambas compartilhem membros em comum. No entanto, a OPEP é uma organização mais abrangente, que inclui países além daqueles do Oriente Médio. Ambas as organizações possuem um interesse comum centrado em garantir preços estáveis e justos para o petróleo, bem como em promover o desenvolvimento e a utilização dos recursos petrolíferos. Nwaezeigwe argumentou que a criação da OPAEP foi motivada pelo desejo político dos Estados árabes de contar com uma plataforma regional capaz de incentivar a implementação e a condução de políticas exclusivamente pró-árabes (Nwaezeigwe 2021).

A OPAEP aproveitou a dependência dos países industrializados em relação ao petróleo para promover seus interesses coletivos, que consistiam em obter apoio para a causa árabe em relação a Israel. Assim, entre outubro de 1973 e março de 1974, a OPAEP manteve um embargo de petróleo aos países ocidentais que apoiavam Israel (Graf 2012; Painter 2014). A organização adotou um esquema de classificação em três categorias para implementar e efetivar o embargo: amizade, neutralidade e hostilidade (Alhajji 2005; Zakariah 2011). Enquanto os países considerados apoiadores da causa árabe foram classificados como “amigos” e, portanto, não sofreram redução nas importações de petróleo da OPAEP, os países categorizados como “neutros” e “hostis” foram submetidos, respectivamente, a uma redução de 5% nas importações e a um embargo total (Zakariah 2011, 96).

Os países árabes produtores de petróleo concordaram em reduzir a produção de petróleo bruto em 10% e, posteriormente, em 5% ao mês, até a retirada de Israel dos territórios ocupados (Licklider 1988; Painter 2014). A crise do petróleo resultante trouxe à tona “uma nova compreensão do papel que o petróleo poderia desempenhar na geopolítica” (Gross 2017, tradução

nossa⁹). A alta dos preços do petróleo teve um efeito particularmente negativo na economia global, afetando mais severamente os países industrializados, embora com efeitos em cascata por todo o mundo.

O embargo do petróleo foi possível – e, de fato, bem-sucedido – devido às mudanças na estrutura institucional do mercado internacional de petróleo. Tais mudanças foram viabilizadas pela nacionalização da indústria petrolífera por parte dos países produtores (Gross 2017; Zhao 2019). A nacionalização contribuiu para o sucesso do embargo, uma vez que o mercado internacional de petróleo deixou de estar sob o controle das grandes companhias petrolíferas. Assim, em 1973, muitos membros da OPEP já controlavam as operações de produção de petróleo bruto e detinham o poder de decisão sobre preços e volumes de produção (Kilian 2006). Essa tendência representava uma ruptura em relação ao período anterior a 1973, quando os países produtores não participavam da produção nem da definição de preços do petróleo bruto. Na verdade, as grandes companhias petrolíferas dominavam um mercado oligopolista, no qual determinavam o preço do petróleo e apenas pagavam royalties e impostos aos governos anfitriões com base nesses valores (Okogu 2003).

O impacto do embargo do petróleo foi sentido de maneiras diferentes pelos diversos países. De modo geral, o embargo afetou o mundo negativamente devido à importância e à centralidade do petróleo na estrutura da industrialização moderna, bem como à crescente dependência global em relação a ele. Além de provocar graves perturbações nas atividades econômicas produtivas, a consequente alta dos preços gerou sérios problemas no balanço de pagamentos de muitos países.

Os produtores de petróleo não árabes não conseguiram compensar os cortes na produção realizados pela OPAEP. A alta no preço do petróleo bruto foi decisiva para encorajar a OPAEP a manter o embargo. O bom desempenho dos preços do petróleo permitiu à OPAEP sustentar os cortes na produção sem sofrer perda de receitas ou consequências negativas para seus orçamentos (Salameh 2004). Antes do embargo do petróleo, a natureza fixa dos preços do petróleo havia estimulado uma demanda crescente pelo produto. No entanto, o embargo gerou contradições nas economias internas dos países, criando a necessidade de adotar diversas medidas para conter a situação, especialmente no que diz respeito à conservação do petróleo e à redução de sua demanda. A principal consequência dessa experiência foi o incentivo à busca pelo uso eficiente do petróleo. Ela também abriu caminho para fontes alternativas de energia. No que se refere ao uso eficiente do petróleo, os EUA formularam

9 No original: “*a new understanding of the role oil could play in geopolitics*” (Gross 2017).

uma medida política que exigia que as montadoras aumentassem a eficiência de combustível dos veículos de 13,5 para 27,5 milhas por galão (Myre 2013).

Outro efeito importante do embargo do petróleo foram as contradições macroeconômicas que resultaram em uma desaceleração do crescimento econômico mundial, recessão, inflação e desemprego (IMF 1974). As contradições macroeconômicas que afetaram a economia global não desapareceram com o restabelecimento da normalidade no fornecimento de petróleo pela OPAEP, em março de 1974. De fato, a inflação permaneceu elevada em muitos países por muito tempo após o embargo. Esse quadro foi agravado pela segunda onda de aumentos nos preços do petróleo em 1979-1980 (IMF 1983). Isso ocorreu porque os preços do petróleo não retornaram aos níveis anteriores ao embargo, ao contrário do que havia acontecido nos embargos de 1956 e 1967, quando os preços voltaram aos patamares pré-embargo (Alhajji 2005).

O embargo também gerou uma enorme riqueza petrolífera para os países produtores de petróleo. Alhajji (2005) observa que essa transferência de riqueza sem precedentes alterou as circunstâncias econômicas, políticas e sociais dos países produtores de petróleo em todo o mundo. Houve também um efeito multiplicador sobre os países em desenvolvimento não produtores de petróleo. Os petrodólares obtidos pelos países produtores de petróleo foram canalizados para o mercado de eurodólares e, assim, disponibilizaram um volume de recursos para empréstimos de longo prazo, aos quais muitos países em desenvolvimento recorreram para financiar o desenvolvimento nacional. Os petrodólares não apenas impulsionaram o mercado de empréstimos de longo prazo, mas também forneceram uma fonte de recursos de fácil acesso para o desenvolvimento nacional dos países em desenvolvimento (Kopper 2009). As condições para a concessão de empréstimos aos Estados (em contraste com as condicionalidades rigorosas do FMI) tornaram o mercado de eurodólares uma opção atraente para os países em desenvolvimento. Infelizmente, os empréstimos dessa época acabaram levando a uma crise da dívida que aprisionou muitos países em desenvolvimento na década de 1980 e no período subsequente (Nwozor 2009).

Sanções e a Questão da Adequação Comportamental

Na arena internacional, as sanções econômicas e os embargos têm sido aplicados de forma unilateral e multilateral para exercer pressão sobre Estados e condicionar seu comportamento, visando alcançar ou concretizar determinados objetivos de política externa, sejam eles declarados ou não. As

sanções econômicas podem ser abrangentes ou direcionadas, dependendo dos seus objetivos principais que as fundamentam e influenciam. O uso de sanções e embargos é frequente no Sistema Internacional, apesar de sua eficácia ser questionável. O uso de sanções econômicas como instrumento de política externa baseia-se na perspectiva de que a coerção econômica, acompanhada de custos elevados, tem maior probabilidade de alcançar os objetivos pretendidos, especialmente o de induzir um comportamento de conformidade por parte dos Estados, quando inflige danos significativos à economia-alvo (Peksen 2019). Além disso, as sanções econômicas são geralmente vistas como “um curso de ação de menor custo e menor risco, situado entre a diplomacia e a guerra” (Masters 2019, tradução nossa¹⁰). A confiança dos formuladores de política externa na eficácia coercitiva de sanções econômicas e embargos fundamenta sua crescente aplicação, tanto de forma unilateral quanto multilateral. Os Estados Unidos tendem a utilizar sanções econômicas mais do que qualquer outro país, devido ao seu status de superpotência. Segundo Masters, os Estados Unidos mantêm mais de duas dezenas de regimes de sanções voltados para diferentes países, por uma variedade de motivos que vão desde terrorismo, proliferação nuclear e tráfico de drogas até violações de direitos humanos, entre outros (Masters 2019).

Há uma combinação de sucesso e fracasso no âmbito das sanções econômicas no que diz respeito a induzir ou obter comportamentos de conformidade por parte dos Estados. É importante ressaltar a falta de consenso na literatura sobre o sucesso ou o fracasso das sanções econômicas, bem como sobre os critérios ou parâmetros que definem o êxito ou o insucesso dos regimes de sanções (Pape 1997; Allen 2005; Dizaji e van Bergeijk 2013). Allen argumenta que as sanções podem ser abandonadas caso a mudança esperada não ocorra e que “apenas uma concessão por parte do emissor leva ao fracasso das sanções, sendo que fatores distintos daqueles que influenciam a escolha do alvo determinam essa decisão” (Allen 2005, 118, tradução nossa¹¹). No entanto, existe um consenso crescente de que, para serem consideradas eficazes, as sanções devem resultar na plena adesão do alvo ou, ao menos, em uma mudança parcial de política alinhada aos objetivos declarados pelo Estado ou pela coalizão de Estados que as iniciou (Peksen 2019). O cenário das sanções caracteriza-se por resultados complexos. Parece haver evidências de que sanções multilaterais, sob a égide de instituições internacionais, têm sido mais eficazes do que aquelas impostas por um único

10 No original: “a lower-cost, lower-risk course of action between diplomacy and war” (Masters 2019).

11 No original: “only concession by the sender causes sanctions to fail, and different factors play into that decision than those which affect the target’s choice” (Allen 2005, 118).

país ou por uma coalizão *ad hoc* de poucos países (Peksen 2019). O aparente sucesso das sanções multilaterais é atribuído a uma combinação de fatores, a saber: o acompanhamento das sanções por instrumentos como diplomacia e mediação, manutenção da paz, ameaça ou uso da força, menor probabilidade de violação das sanções e amplo apoio internacional.

O embargo do petróleo de 1973 foi iniciado pela OPAEP. Em razão da necessidade imperativa de institucionalizar uma plataforma comum para coordenar os interesses árabes no cenário global – utilizando o petróleo como arma principal – foi ditada, em particular, pela eficácia limitada do embargo petrolífero aplicado individualmente em 1967 (Mann 2013). Mallakh (1977) reconhece que o impulso inicial para a criação do órgão surgiu da necessidade de reduzir a desorganização nas políticas petrolíferas árabes por meio de um nível de coordenação formalizado ou institucionalizado, bem como de estabelecer um meio de canalizar ajuda para Estados árabes em crise, especialmente Egito, Jordânia e Síria. O embargo do petróleo de 1973 teve impactos profundos na economia global, ao comprometer a segurança energética de países desenvolvidos e afetar a soberania e a independência dessas nações.

A questão é: será que de fato alcançou seu objetivo político de assegurar comportamentos aderentes dos Estados-alvo? A predominante dependência das economias dos EUA e potências ocidentais em relação ao petróleo evidenciou sua vulnerabilidade a qualquer política que ameaçasse o fluxo livre de petróleo. Assim, qualquer forma de ruptura criou insegurança energética e representou uma séria ameaça à sua segurança nacional (Glaser 2013). Os objetivos políticos que motivaram o embargo incluíram: o fim do apoio dos países ocidentais a Israel; o reconhecimento dos direitos do povo palestino, bem como o respeito à sua soberania sobre seus recursos naturais no contexto da Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU (1967); e o reconhecimento e intervenção ativa da comunidade internacional no conflito árabe-israelense, em termos de apoiar sua resolução de maneira que pudesse ser considerada justa e equitativa para todas as partes.

O embargo de petróleo não parece ter logrado êxito em obter concessões diretas dos Estados Unidos e de seus aliados na extensão e magnitude esperadas, sobretudo no contexto da Resolução 242 da ONU. A Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU previa especificamente, entre outras coisas:

- (I) A retirada das forças armadas de Israel dos territórios ocupados no conflito recente; (II) O fim de todas as reivindicações ou estados de beligerância e o respeito e reconhecimento da soberania, da integridade

territorial e da independência política de todos os Estados da região, bem como de seu direito de viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, livres de ameaças ou atos de força (Resolução do Conselho de Segurança da ONU, 1967, tradução nossa¹²).

Apesar da aparente simplicidade da resolução, ela estava repleta de ambiguidades que tornaram a questão do Oriente Médio ainda mais complexa (Goldberg 2011). Conforme Dajani (2007, 24, tradução nossa¹³), “as ambiguidades e omissões da resolução reduziram ainda mais o seu valor como instrumento de resolução de disputas, gerando confusão sobre o significado da aceitação da Resolução 242, incentivando negociações intransigentes por parte dos envolvidos e privando os líderes do respaldo político necessário para concessões indispensáveis”. Assim, a interpretação de suas diversas disposições foi marcada por controvérsias. Israel e os Estados árabes sustentavam posições contraditórias quanto ao verdadeiro significado de termos como “retirada das forças israelenses”, “fronteiras seguras e reconhecidas” e “solução justa para o problema dos refugiados”, bem como do que deveria constituir o reconhecimento dos direitos palestinos (Lynk 2007; Lapidoth 2011). O argumento central dos Estados árabes era que a Resolução 242 não havia sido efetivamente implementada ou cumprida, resultando na contínua expansão, por parte de Israel, de assentamentos nos territórios ocupados, o que se caracteriza como uma violação da própria resolução. O petróleo enquanto arma foi concebido primordialmente para obter concessões dos aliados ocidentais de Israel em relação a essas questões políticas.

Não há consenso entre os estudiosos quanto ao sucesso ou não do embargo de petróleo de 1973. Alguns estudiosos argumentaram que o embargo não foi bem-sucedido, baseando-se na perspectiva de que ele não conseguiu coagir os Estados-alvo a alterar suas políticas em relação ao conflito árabe-israelense, mesmo diante de seus efeitos prejudiciais às economias desses países (Licklider 1988). Como já observado, o embargo teve impactos negativos nas economias dos Estados-alvo, variando desde a criação de crises

12 No original: “(i) Withdrawal of Israel armed forces from territories occupied in the recent conflict; (ii) Termination of all claims or states of belligerency and respect for and acknowledgement of the sovereignty, territorial integrity and political independence of every State in the area and their right to live in peace within secure and recognized boundaries free from threats or acts of force” (UN Security Council Resolution, 1967).

13 No original: “the resolution’s ambiguities and omissions further diminished its value as a tool of dispute resolution, creating confusion about what the acceptance of the 242 Resolution meant, encouraging hard bargaining by the parties, and denying leaders the political cover for necessary compromise” (Dajani 2007, 24).

energéticas e a indução de pressões inflacionárias até a perda de bem-estar econômico (Hayes e Hudak 1987; Goel e Morey 1993; Roeder 2005). Outros sustentaram a visão de que o embargo foi bem-sucedido, considerando que restaurou a autoconfiança árabe, atraiu atenção internacional – o que facilitou um acordo de paz rápido – e gerou uma mudança de atitude em relação aos Estados árabes no mundo ocidental (Zakariah 2011; Graf 2012). De modo geral, o embargo de petróleo alcançou diversos objetivos: evidenciou a capacidade dos países árabes de se unirem e lutarem por uma causa comum. Também contribuiu para a valorização dos preços do petróleo, resultando em ganhos sem precedentes em petrodólares para os países produtores.

No que diz respeito especificamente às questões políticas que marcaram o embargo, ficou evidente que os países-alvo absorveram os impactos da medida sem alterar suas posições políticas em relação ao conflito árabe-israelense. No entanto, uma análise abrangente do embargo sugere que o engajamento dos Estados árabes no período posterior ao embargo, bem como as mudanças de longo prazo na postura dos países ocidentais em relação a eles, representou um reconhecimento do poder que esses Estados detinham no sistema internacional. Um resultado concreto foram os Acordos de Camp David, de 1979, por meio dos quais Israel e Egito firmaram um tratado de paz, seguidos por outras negociações de paz. Tais avanços poderiam ser atribuídos, ainda que indiretamente, ao embargo. Contudo, uma lição clara que se extrai do embargo do petróleo de 1973 diz respeito aos seus impactos de grande alcance, que repercutiram em todo o mundo, levando países em desenvolvimento a enfrentar graves crises no balanço de pagamentos. Outra lição é que o embargo não alcançou diretamente os principais objetivos de seus idealizadores, uma vez que os Estados visados jamais alteraram sua política em relação a Israel da maneira prevista.

Nesse contexto, a questão é se o regime ampliado de sanções contra a Rússia desde 2022 levará a uma mudança de política que atenda aos desejos dos seus idealizadores. Dada a natureza e o alcance das sanções impostas à Rússia por países ocidentais e seus aliados, o país figura entre as nações mais sancionadas do mundo. Segundo o *Atlantic Council Russia Sanctions Database* (s.d.), em fevereiro de 2023, havia 11.803 designações de sanções aplicadas por países ocidentais e seus aliados contra a Rússia; 77% delas visavam indivíduos, e 22% tinham como alvo entidades, embarcações e aeronaves. Estima-se que mais de 30 países, incluindo a União Europeia, tenham imposto sanções à Rússia (Funakoshi, Lawson e Deka 2022). Essas medidas resultaram na redução das importações de energia, no bloqueio de transações financeiras e na interrupção do envio de importações essenciais, gerando um efeito em cadeia que levou mais de mil empresas estrangeiras a suspenderem

suas operações na Rússia.

Antes do novo regime de sanções que líderes ocidentais mobilizaram o mundo para impor à Rússia após a invasão da Ucrânia em fevereiro de 2022, o país já estava sob sanções devido à anexação da Crimeia, iniciada no final de fevereiro de 2014. O impacto dessas sanções anteriores, lideradas pelos EUA, pelo Canadá e pela União Europeia, foi bastante desestabilizador para a economia russa (Christie 2016; Davis 2016). Segundo relatos, a economia russa sofreu uma forte retração, registrando sua mais longa recessão em quase vinte anos; o valor de sua moeda, o rublo, despencou, do mesmo modo que os preços do petróleo (Chatzky 2019). Em meados de 2016, a Rússia havia perdido cerca de US\$600 bilhões em decorrência de sanções financeiras e da perda de receitas provenientes de petróleo e gás (Pettersen 2016). O objetivo geral das sanções era punir a Rússia pela anexação da Crimeia e forçá-la a retirar-se do território, dissuadi-la de novas agressões e sinalizar que as fronteiras nacionais devem ser respeitadas (Chatzky 2019). A invasão russa da Ucrânia em 2022, realizada mesmo frente à oposição global, pode ser considerada uma demonstração da eficácia limitada das sanções econômicas como instrumento para pressionar os Estados-alvo e obter um comportamento em consonância.

Se sanções anteriores não dissuadiram a Rússia de novas agressões, como é possível que o atual regime de sanções a force a encerrar a guerra na Ucrânia? Sanções multilaterais contra a Rússia estão em vigor desde fevereiro de 2014. A principal diferença é que essas foram ampliadas a partir de fevereiro de 2022, após a invasão da Ucrânia. Sem dúvida, a economia russa enfrenta uma situação crítica, exemplificada pelo fechamento de sua bolsa de valores, pela desvalorização de empresas russas negociadas em bolsas estrangeiras, pela crise no sistema financeiro – com a moeda despencando de valor –, pela exclusão de ações russas de índices globais e pelo rebaixamento da classificação de crédito soberano do país para o nível junk status (Cecchetti, Schoenholtz e Berner 2022; Berman e Siripurapu 2023). Tais sanções não têm sido eficientes em obter da Rússia o comportamento esperado: a interrupção de suas campanhas militares na Ucrânia. No entanto, há um aspecto em que as sanções podem ser consideradas relativamente eficazes: ao atenuar a vantagem militar russa, restringir o país a estratégias de guerra convencional e inviabilizar a opção de empregar armas nucleares.

Assim como ocorreu com o embargo do petróleo de 1973, existem várias razões pelas quais sanções econômicas, por si sós, podem não ser suficientes para levar países do Primeiro Mundo a adotar as mudanças de comportamento desejadas. Embora o embargo do petróleo de 1973 tenha prejudicado as economias dos países-alvo, estes adotaram medidas internas

que mitigaram os impactos globais, tornando a medida insuficiente para induzir as mudanças de comportamento esperadas. Tais medidas internas foram acompanhadas de esforços diplomáticos que deram resultados quando a Arábia Saudita e o Irã concordaram em aumentar a produção e as exportações de petróleo (Issawi 1978; Garavini 2011). Os mesmos fatores observados durante o embargo do petróleo de 1973 parecem sustentar o atual regime de sanções multilaterais contra a Rússia. É evidente que a atual configuração do regime de sanções contra a Rússia seria insuficiente para levá-la a suspender a guerra contra a Ucrânia. Além disso, há um limite para a extensão das sanções lideradas pelo Ocidente antes que elas comprometam gravemente o sistema econômico global. A Rússia é um país estrategicamente relevante, sendo exportadora de diversas commodities de importância crucial, incluindo petróleo, fertilizantes, trigo e metais preciosos (Berman e Siripurapu 2023).

As peculiaridades da Rússia explicam por que as sanções podem não ser consideradas ferramentas coercitivas totalmente eficazes para levar o país a encerrar o conflito na Ucrânia. Tais peculiaridades incluem: primeiro, a Rússia possui uma economia relativamente diversificada, capaz de suportar certo nível de pressão econômica. Segundo, a existência de agentes que burlam as sanções e a disposição deles em se aliar à Rússia; isso permite que o país conte com eles, bem como encontre novos parceiros comerciais – particularmente na Ásia – para mitigar o impacto das sanções. Terceiro, a participação da Rússia no Conselho de Segurança da ONU e seu poder de veto impedem a possibilidade de sanções respaldadas pela organização. Quarto, a capacidade de retaliação da Rússia, seu posicionamento estratégico e sua relevância no setor energético atuam como um fator de dissuasão. Por fim, a liderança russa encara o conflito na Ucrânia como uma questão de segurança nacional e, portanto, não está disposta a fazer concessões sob pressão (Davis 2016; Berman e Siripurapu 2023). Embora o embargo de petróleo de 1973 tenha demonstrado a inadequação dessa medida como ferramenta coercitiva, ele também deixou para a comunidade global o legado de buscar soluções inovadoras para lidar com a insegurança energética. Essa mentalidade embasou a busca mundial por padrões de eficiência energética, combustíveis alternativos e tecnologias eficientes (Mallick 2010; Martínez, Ebenhack e Wagner 2019). Apesar das percepções divergentes entre especialistas sobre a eficácia – ou a falta dela – do regime de sanções contra a Rússia, uma conquista notável é a mensagem inequívoca transmitida pela coalizão multilateral contra uma agressão não provocada. Assim, tal como ocorreu com o embargo de petróleo de 1973, as sanções econômicas contra a Rússia poderiam, em última análise, conduzir a engajamentos diplomáticos capazes de induzir mudanças de comportamento que abram caminho para a resolução da guerra.

Conclusão

A Guerra Árabe-Israelense de 1973 foi uma continuação de conflitos iniciados em 30 de novembro de 1947. Antes de 1973, haviam ocorrido quatro guerras, compreendendo tanto conflitos de maior quanto de menor escala. O embargo de petróleo de 1973 não marcou a primeira vez que os Estados árabes produtores de petróleo utilizaram o petróleo como arma no contexto dos conflitos árabe-israelenses. Em 1967, os ministros árabes do petróleo instituíram uma “proibição à exportação de petróleo para qualquer país que pretendesse ajudar Israel ou participar da guerra iminente” (Mann 2013, 696, tradução nossa¹⁴). O envolvimento dos países árabes produtores de petróleo no conflito, sob a égide da OPAEP em 1973, introduziu novas dimensões que acabaram internacionalizando a guerra. Ao utilizar o petróleo como arma, a OPAEP conseguiu provocar um choque petrolífero na economia global. Apesar do choque gerado pelo embargo, a medida não foi capaz de alterar as intenções de seus idealizadores, que visavam levar os aliados ocidentais de Israel a cessar o apoio ao país.

Nesse mesmo sentido, o regime de sanções multilaterais imposto à Rússia após a anexação da Crimeia em 2014 e, posteriormente, a invasão da Ucrânia em fevereiro de 2022, foi concebido para exercer pressão econômica e induzir o fim da guerra. Embora as sanções tenham causado danos significativos à economia e ao sistema financeiro russos, não levaram o país a abandonar o conflito. É possível extrair algumas lições importantes da Guerra Árabe-Israelense de 1973 e compará-las com a Guerra Russo-Ucraniana. A primeira diz respeito à aparente limitação das sanções contra países industrializados. A segunda lição importante é que pressões, sejam elas econômicas, políticas ou militares, nem sempre produzem automaticamente os resultados esperados. A terceira é que os Estados sempre se adaptam para enfrentar desafios em constante evolução. Com os cortes na produção de petróleo e o embargo da OPAEP, que resultaram em escassez e aumento de preços, os países começaram a se ajustar por meio de diversas estratégias, incluindo: a redução do consumo de petróleo mediante maior eficiência e conservação; a substituição do petróleo por outras fontes de energia; a redução estratégica das importações de petróleo provenientes de produtores da OPEP, especialmente os do Oriente Médio; a intensificação dos esforços para descobrir novos campos de petróleo; e o incentivo à expansão da produção

14 No original: “*prohibition against exporting oil to any country that intended either to assist Israel or to take part in the looming war*” (Mann 2013, 696).

petrolífera em outras regiões (Painter 2014).

As sanções multilaterais contra a Rússia levaram a diversos ajustes internos, incluindo o fechamento da bolsa de valores para amortecer o risco de colapso sob a pressão da ofensiva ocidental, a sustentação da moeda nacional (o rublo) mediante a elevação das taxas de juros para 20% e a realização de grande parte do comércio bilateral em rublos, além da criação de novas vias para contornar as sanções por meio da China e de outros países aliados. Assim como ocorreu com o embargo do petróleo de 1973, as sanções serão seguidas por iniciativas diplomáticas que poderão resultar em diversos acordos e concessões.

Referências

- Ahluwalia, P., e T. Miller. 2016. "Why do wars happen?". *Social Identities* 22 (4): 347-349.
- Alhajji, A. F. 2005. "Three decades after the oil embargo: Was 1973 unique?". *The Journal of Energy and Development* 30 (2): 223-237
- Allen, S. H. 2005. "The determinants of economic sanctions success and failure". *International interactions* 31(2): 117-138. <https://doi.org/10.1080/03050620590950097>
- Amos, J. W. 1979. *Arab-Israeli military/political relations: Arab perceptions and the politics of escalation*. Pergamon Press.
- Atlantic Council. s.d. Russia Sanctions Database. Acesso em 10 mar. 2023. <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/econographics/russia-sanctions-database/>
- Bennett, A. J. 1985. "Arms transfer as an instrument of Soviet policy in the Middle East". *Middle East Journal* 39 (4): 745-774.
- Berman, N. e A. Siripurapu. 2023. "One year of war in Ukraine: Are sanctions against Russia making a difference?". *Council on Foreign Relations*, 21 de fevereiro. <https://www.cfr.org/in-brief/one-year-war-ukraine-are-sanctions-against-russia-making-difference>
- Cecchetti, S., K. Schoenholtz, e R. Berner. 2022. "Russian sanctions: Some questions and answers". *Centre for Economic Policy Research*, 21 de março. <https://cepr.org/voxeu/columns/russian-sanctions-some-questions-and-answers>
- Chatzky, A. 2019. "Have sanctions on Russia changed Putin's calculus?". *Council on Foreign Relations*, 2 de maio. <https://www.cfr.org/in-brief/have-sanctions-russia-changed-putins-calculus>

- Christie, E. H. 2016. "The design and impact of western economic sanctions against Russia". *The RUSI Journal* 161 (3): 52-64. <https://doi.org/10.1080/03071847.2016.1193359>.
- Dajani, O. M. 2007. "Forty years without resolve: Tracing the influence of Security Council Resolution 242 on Middle East peace process". *Journal of Palestine Studies* 37(1): 24-38. <https://doi.org/10.1525/jps.2007.37.1.24>
- Davis, C. M. 2016. "The Ukraine conflict, economic-military power balances and economic sanctions". *Post-Communist Economies* 28 (2): 167-198. <https://doi.org/10.1080/14631377.2016.119301>
- Dimitriu, G. 2020. "Clausewitz and the politics of war: A contemporary theory". *Journal of Strategic Studies* 43 (5): 645-685.
- Dizaji, S. F. e P.A.G. van Bergeijk. 2013. "Potential early phase success and ultimate failure of economic sanctions: A VAR approach with an application to Iran". *Journal of Peace Research* 50 (6): 721-736
- Eaker, I. C. 1974. "The fourth Arab-Israeli war". *The Military Engineer* 66 (431): 156-160.
- Eiran, E. 2020. "Dangerous Liaison: The 1973 American intelligence failure and the limits of intelligence cooperation". *Journal of Intelligence History* 19 (2): 213-228.
- Funakoshi, M., H. Lawson, e K. Deka. 2022. Tracking sanctions against Russia. *Reuters*, 7 de julho. <https://www.reuters.com/graphics/UKRAINE-CRISIS/SANCTIONS/byvrjenzmve/>
- Garavini, G. 2011. "Completing decolonization: The 1973 "oil shock" and the struggle for economic rights". *The International History Review* 33 (3): 473-487. <http://dx.doi.org/10.1080/07075332.2011.595593>
- Gawrych, G. W. 1996. "The 1973 Arab-Israeli war: The albatross of decisive victory". *Leavenworth Papers* Number 21. <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA323718.pdf>
- Glaser, C. L. 2013. "How oil influences U.S. national security". *International Security* 38 (2): 112-146
- Goel, R. K., e M.J. Morey. 1993. Effect of the 1973 oil price embargo. *Energy Economics* 15 (1): 39-48. [https://doi.org/10.1016/0140-9883\(93\)90041-0](https://doi.org/10.1016/0140-9883(93)90041-0)
- Goldberg, A. J. 2011. "What Resolution 242 really said". *American Foreign Policy Interests* 33 (1): 41-46. <https://doi.org/10.1080/10803920.2011.550240>
- Graf, R. 2012. "Making use of the "oil weapon": Western industrialized

- countries and Arab petropolitics in 1973–1974”. *Diplomatic History* 36 (1): 185–208.
- Gross, S. 2017. The 1967 war and the “oil weapon”. *Brookings*, 5 de junho. <https://www.brookings.edu/blog/markaz/2017/06/05/the-1967-war-and-the-oil-weapon/>
- Hamilton, J. D. 2011. *Historical oil shocks*. <https://pdfs.semanticscholar.org/3045/04afeaa155c19244a55c66903a7c0b16599c.pdf>
- Hayes, K., e S.P. Hudak. 1987. “Regional welfare loss measures of the 1973 oil embargo: A numerical methods approach”. *Applied Economics* 19 (10): 1317–1327. <https://doi.org/10.1080/00036848700000119>
- International Monetary Fund (IMF). 1974. Annual report 1974.
- International Monetary Fund (IMF). 1983. 1983 Annual report.
- Israeli, O. 2013. “The 1973 war: Link to Israeli-Egyptian peace”. *Middle East Policy* 20 (4): 88–98.
- Issawi, C. 1978. “The 1973 oil crisis and after”. *Journal of Post Keynesian Economics* 1 (2): 3–26. <https://doi.org/10.1080/01603477.1978.11489099>
- Kahana, E. 2002. ‘Early warning versus concept: the case of the Yom Kippur War 1973’. *Intelligence and National Security* 17 (2): 81–104.
- Khalidi, R. 1990. “The resolutions of the 19th Palestine National Council”. *Journal of Palestine Studies* 19 (2): 29–42.
- Kilian, L. 2006. *Exogenous oil supply shocks: How big are they and how much do they matter for the U.S. economy?*. http://www-personal.umich.edu/~lkilian/oilrjano1_06.pdf
- Kirshin, Y. 1998. “Conventional arms transfers during the Soviet period”. In *Russia and the arms trade*, edited by Ian Anthony. Oxford University Press.
- Kopper, C. 2009. “The recycling of petrodollars”. *Revue d’économie Financière* (English ed.) 9 (1): 37–46.
- Lapidoth, R. 2011. “The misleading interpretation of UN Security Council Resolution 242 (1967)”. *Jewish Political Studies Review* 23 (3/4): 7–17
- Leitenberg, M. 2018. “The hazards of operations involving nuclear weapons during the Cold War”. *Journal of Cold War Studies* 20 (3), 207–249. https://doi.org/10.1162/jcws_a_00826
- Licklider, R. 1988. “The power of oil: The Arab oil weapon and the Netherlands, the United Kingdom, Canada, Japan, and the United States”. *International Studies Quarterly* 32: 205–226.

- Lynk, M. 2007. "Conceived in law: The legal foundations of Resolution 242". *Journal of Palestine Studies* 37 (1): 7-23. <https://doi.org/10.1525/jps.2007.37.1.7>;
- Mallakh, R. E. 1977. "The Organization of the Arab Petroleum Exporting Countries: Objectives and potential". *Annual Review of Energy* 2 (1): 399-415. doi: <https://doi.org/10.1146/annurev.eg.02.110177.002151>
- Mallick, P. K. 2010. Overview. In *Materials, design and manufacturing for lightweight vehicles*, organizado por P.K. Mallick. Woodhead Publishing Limited.
- Mann, J. 2013. A reassessment of the 1967 Arab oil embargo. *Israel Affairs* 19 (4): 693-703. <https://doi.org/10.1080/13537121.2013.829611>
- Marshall, A. 2016. From civil war to proxy war: past history and current dilemmas. *Small Wars & Insurgencies* 27 (2): 183-195. <https://doi.org/10.1080/09592318.2015.1129172>.
- Martínez, D. M., B.W. Ebenhack, e T.P. Wagner. 2019. Policy instruments to foster energy efficiency. In *Energy Efficiency: Concepts and calculations*, organizado por D. M. Martinez, W. Ebenhack e T. P. Wagner. Elsevier.
- Masters, J. 2019. "What are economic sanctions?". *Council on Foreign Relations*. <https://www.cfr.org/background/what-are-economic-sanctions>
- Masterson, V. 2022. "The 1973 energy crisis sparked the idea for establishing the IEA. What have we learned since?". *World Economic Forum*, 29 de março. <https://www.weforum.org/agenda/2022/03/iea-1970s-energy-crisis/>
- Mumford, A. 2013. "Proxy warfare and the future of conflict". *The RUSI Journal* 158 (2): 40-46. <https://doi.org/10.1080/03071847.2013.787733>
- Myre, G. 2013. "The 1973 Arab oil embargo: The old rules no longer apply". *NPR*, 16 de outubro. <https://www.npr.org/sections/parallels/2013/10/15/234771573/the-1973-arab-oil-embargo-the-old-rules-no-longer-apply>
- Neuenkirch, M., e F. Neumeier. 2015. "The impact of UN and US economic sanctions on GDP growth". *European Journal of Political Economy* 40: 110-125. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2015.09.001>
- Nwaezeigwe, N. T. 2021. "Politics of Arab aid and the African economic predicament in the post-Yom Kippur war Arab oil boycott of 1973". *Archives of Political Science Research* 2 (3): 30-40.
- Nwozor, A. 2009. "Echoes of divergence within: The politics and politicisation of Nigeria's debt relief". *Review of African Political Economy* 36 (119):

- 23-35. <https://doi.org/10.1080/03056240902888444>
- Okogu, B. E. 2003. "The Middle East and North Africa in a changing oil market". *International Monetary Fund (IMF)*. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/med/2003/eng/okogu/okogu.htm>
- Pape, R. A. 1997. "Why economic sanctions do not work". *International Security* 22 (2): 90-136. <https://doi.org/10.1162/isec.22.2.90>
- Painter, D. S. 2014. "Oil and geopolitics: The oil crises of the 1970s and the Cold War". *Historical Social Research* 39 (4): 186-208.
- Peksen, D. 2019. "When do imposed economic sanctions work? A critical review of the sanctions effectiveness literature". *Defence and Peace Economics* 30 (6): 635-647. <https://doi.org/10.1080/10242694.2019.1625250>
- Pettersen, T. 2016. "Russia loses \$600 billion on sanctions and low oil prices". *The Barents Observer*, 5 de fevereiro. <https://thebarentsobserver.com/en/industry/2016/02/russia-loses-600-billion-sanctions-and-low-oil-prices>
- Quandt, W. B. 1986. "Camp David and peacemaking in the Middle East". *Political Science Quarterly* 101 (3): 357-377.
- Rauta, V. 2020. "Proxy warfare and the future of conflict: Take two". *The RUSI Journal* 165 (2): 1-10. <https://doi.org/10.1080/03071847.2020.1736437>
- Rodman, D. 2015. "Combined arms warfare: the Israeli experience in the 1973 Yom Kippur War". *Defence Studies* 15 (2): 161-174.
- Roeder, J. L. 2005. "What we learned from the oil crisis of 1973: A 30-year retrospective". *Bulletin of Science, Technology & Society* 25 (2): 166-169. <https://doi.org/10.1177/0270467604274085>
- Salameh, M. G. 2004. "Oil crises, historical perspective". In *Encyclopedia of Energy*, edited by Cluter J. Cleveland. Elsevier.
- Shlaim, A. 1996. The Middle East: The origins of Arab-Israeli wars. In *Explaining international relations since 1945*, edited by N. Woods. Oxford University Press.
- UN Security Council Resolution. 1967. Resolution 242 of 22 November 1967. <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/IP%20S%20RES%20242.pdf>
- United Nations. 1974. UN Cease-fire resolutions, October 1973. *Survival: Global Politics and Strategy* 16 (3): 146-147.
- Verrastro, F. e G.F. Caruso. 2013. "The Arab oil embargo—40 years later". *CSIS*, 16 de outubro. <https://www.csis.org/analysis/arab-oil->

embargo%E2%80%9440-years-later

Zakariah, M. H. B. 2011. “The oil embargo following the Arab-Israel war of October 1973: British economic experience and reaction”. *Journal of Middle Eastern and Islamic Studies (in Asia)* 5 (2): 92-120. <https://doi.org/10.1080/19370679.2011.12023181>

Zhao, H. 2019. *The economics and politics of China’s energy security transition*. Traduzido por Li Zhang. Academic Press.

RESUMO

Baseando-se em diversas fontes, este artigo examina duas questões inter-relacionadas: como uma guerra aparentemente interestatal adquire um caráter multilateral, e em que grau medidas coercitivas empregadas por um Estado ou uma coalizão de Estados podem induzir o comportamento de um ator beligerante. A análise deste estudo, concentra-se em dois casos de coerção econômica: o Embargo de Petróleo Árabe de 1973 e o atual regime de sanções liderado pelo Ocidente contra a Rússia. Ao desconstruir a instrumentalização coercitiva econômica em ambos os casos, o artigo avalia a eficácia dessas medidas em moldar o comportamento dos Estados-alvo. Os resultados indicam que, apesar das consequências abrangentes do embargo de petróleo de 1973 para a economia global, esse não conseguiu forçar uma mudança de política por parte dos Estados Unidos e de seus aliados. Da mesma forma, as sanções ocidentais contra a Rússia não lograram, até o momento, obter a capitulação russa ou restaurar o status quo ante na Ucrânia. O artigo argumenta que, embora a coerção econômica possa impor custos significativos aos Estados-alvo e ao Sistema Internacional, sua capacidade de gerar os resultados políticos e estratégicos desejados permanece limitada.

PALAVRAS-CHAVE

Petro-políticas, sanções econômicas, embargo petrolífero, armamentização do petróleo, Guerra Russo-Ucraniana

Recebido em 8 de maio de 2024

Aceito em 7 de junho de 2026

Traduzido por Sofia Portilio Ávila